

Gato por lebre

Silvio Caccia Bava

Sociólogo, diretor da Associação Brasileira de ONGs – ABONG e diretor do Instituto Pólis.

Publicado em: 15/03/2002

A globalização é, substancialmente, a globalização dos mercados, isto é, a imposição pelos organismos financeiros internacionais de um elenco de políticas que franqueiam às grandes corporações transnacionais os mercados dos países antes denominados “em desenvolvimento” e otimizam nestes territórios suas possibilidades de ganhos.

Fenômeno que marca a realidade dos anos 90 e o início do novo milênio, a imposição dessas políticas, identificadas pelo nome de “Consenso de Washington”, têm levado os países que as adotam a situações de crise social, de violência crescente e de desorganização produtiva, o que inclui a desorganização do funcionamento do mercado. Têm levado também cidadãos de numerosos países a se mobilizarem e a questionarem de formas cada vez mais radicais as estruturas de poder que impõem a repartição da riqueza e da propriedade em suas sociedades e na escala planetária. Sucedem-se manifestações que vem ganhando amplitude e repercussão mundial e têm transformado recentemente cada reunião do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e de outros órgãos de regulação da economia internacional em verdadeiros campos de batalha, onde milhares de manifestantes tomam as ruas e se opõem às suas políticas.

Não é para menos. Os mais recentes relatórios mundiais produzidos pelas Nações Unidas dão conta de um processo acelerado de ampliação da pobreza e da desigualdade. Se em 1960 a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres do planeta era de 30 para 1; hoje essa diferença atinge a assustadora proporção de 90 para 1. Em numerosos países houve uma regressão da renda familiar e um aumento da pobreza absoluta, sendo o continente africano o mais afetado por essa tendência.

Esse processo de aprofundamento da crise em escala planetária tem provocado uma crescente mobilização social, que pode ser observada também na América Latina. A Colômbia talvez seja o país que expressa de forma mais dramática essa crise social com a fragmentação política de seu território, a guerra civil, a privatização dos espaços públicos, a infundável sequência de arbitrariedades fundadas na violência, na lei do mais forte. Mas essa é apenas a expressão mais radical de um processo que atinge de maneira diferenciada a maioria dos países do continente. A insurreição dos indígenas de Chiapas, no México; a marcha indígena que depõe o presidente do Equador; a crise política que resulta na fuga de Fujimori, no Perú; a chamada revolução bolivariana pelas urnas, que depõe do poder as tradicionais oligarquias na Venezuela; o movimento dos trabalhadores sem-terra, no Brasil; a profunda crise política em que se encontra hoje a Argentina; todas essas manifestações fazem parte de uma reação popular à truculência com que a democracia e os direitos dos cidadãos vêm sendo violados por

governos submissos às regras impostas pelo Consenso de Washington, em favor das grandes corporações transnacionais.

Neste cenário o combate à pobreza e à exclusão social aparece hoje, curiosamente, como um tema central na agenda tanto dos setores progressistas quanto dos setores conservadores. Como é possível que políticas focalizadas e compensatórias dirigidas às populações mais pauperizadas, tais como programas de renda mínima, micro-crédito, desenvolvimento local, sejam hoje adotadas tanto por governos progressistas quanto pelas agências do sistema financeiro internacional tais como o BID e o Banco Mundial? Quais as razões para essa aparente convergência de propósitos?

Da parte dos setores conservadores, estas políticas, na sua essência, buscam garantir a estabilidade política e a governabilidade em países onde a desigualdade social e a pobreza absoluta atingem hoje limites sem precedentes, afetam o funcionamento dos mercados e geram crises sociais que ameaçam o status quo.

Da parte dos setores progressistas a adoção dessas mesmas políticas expressa a dificuldade de formulações estratégicas, expressa a força do pensamento hegemônico associada à crise de paradigmas de mudança social. Na falta de referências históricas contemporâneas que inspirem projetos de ruptura com a ordem instituída e apontem para a construção de sociedades solidárias, resta no horizonte utópico o mundo das reformas, o propósito de melhorar o que aí está sem, no entanto, questionar os fundamentos da crise atual.

Essa situação é conseqüência de um particular momento histórico em que nossas sociedades vivem o impacto da crise mas ainda não são capazes de formular estratégias de ação, nem de engendrar as novas articulações e alianças que lhes permitam tomar a ofensiva. O Fórum Social Mundial pode ser compreendido como uma expressão desse momento de fermentação que, no entanto, ainda não definiu um caminho. Pode-se dizer que nele se ensaia a configuração de um novo campo de alianças, o reconhecimento mútuo dos muitos atores que se opõem à globalização. É o exercício da análise crítica dessa mesma realidade que permitirá o avanço das propostas progressistas.

No que diz respeito aos programas de combate à pobreza e à exclusão social é preciso reconhecer que estes programas, na forma como são implementados, não têm conseguido alcançar seus objetivos. Seu alcance têm sido muito limitado, beneficiando dezenas, centenas, algumas vezes alguns milhares de indivíduos. Esses programas não conseguem alterar o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – das realidades sociais em que operam.

A questão que se coloca a partir desta constatação é se os setores progressistas não estarão tomando gato por lebre, isto é, se ao focalizarem sua atenção em políticas de combate à pobreza e à exclusão não estarão deslocando sua atenção e seus esforços e deixando de considerar algo essencial.

Recentes estudos da OIT – Organização Internacional do Trabalho – apontam as políticas públicas como responsáveis pelos processos de pauperização. E atribuem também a elas as

possibilidades de superação da pobreza. Especialmente no meio urbano as políticas de saneamento básico, habitação popular, educação e saúde são identificadas como as mais eficazes.

Mas, evidentemente, como nos lembra Juan Somavia, secretário geral da OIT, “a significação do trabalho na vida de cada um permanece inalterada. Ele é um elemento determinante de nossa existência, um meio de ocupar a vida e de satisfazer nossas necessidades fundamentais. É também uma atividade graças à qual os indivíduos afirmam sua própria identidade, tanto frente a si mesmo como frente aos que lhe estão à volta. Do trabalho depende a capacidade de exercer uma escolha pessoal, o bem-estar das famílias e a estabilidade das sociedades. É o meio mais seguro de se libertar da pobreza” (1).

Considerar a centralidade das políticas públicas de caráter universal no combate à pobreza e à exclusão social remete a outros desafios e possibilidades. Mesmo países de uma economia de base pobre, como a Costa Rica, podem oferecer exemplos preciosos. Lá existe um décimo quarto salário que permite às famílias mais pobres, quando do início das aulas escolares a cada ano, comprarem o material escolar para seus filhos. Existe também uma doação a fundo perdido, proveniente de fundos públicos, de cinco mil dólares para que as famílias mais pobres possam construir sua casa. Como esse recurso não é considerado suficiente, existem financiamentos complementares, subsidiados, para integralizar o valor necessário. Se a Costa Rica consegue formular essas políticas públicas, o que dizer das possibilidades de um país como o Brasil, que se situa entre as 10 maiores economias do planeta? Simulações matemáticas apontam que 8% da renda dos 10% mais ricos seriam suficientes para retirar do estado de pobreza absoluta os 50 milhões de brasileiros que se encontram nessa situação.

Por essa linha de raciocínio a pobreza é consequência de uma desigual distribuição da riqueza socialmente produzida. E se são as políticas públicas o mecanismo utilizado pelas elites para a reprodução da desigualdade, o combate à pobreza e à exclusão social perde o caráter filantrópico de que hoje se reveste e necessariamente se politiza. Não será suficiente que ele seja feito através da implementação de políticas como as de renda mínima, residuais, focalizadas e compensatórias.

O marco de referência estratégico dos setores progressistas poderá deixar de ser o combate à pobreza e à exclusão social, vistos dessa ótica como consequência, para que a elaboração teórica e política e a mobilização social possam enfrentar as suas verdadeiras causas: o controle político das normas, das instituições e das políticas que operam a repartição dos bens e serviços produzidos pela sociedade.

O que está colocado hoje como desafio global é a produção de condições sociais e políticas que criem instituições, políticas e mecanismos de participação e controle social que assegurem uma nova regulação social onde as conquistas da tecnologia e o aumento da produtividade econômica se coloquem a serviço do bem-estar de toda a humanidade e não apenas de uma pequena parte dela.

Nos países da América Latina, as pressões e mobilizações populares atuais precisam se

objetivar em políticas públicas redistributivas e para isso precisam enfrentar o desafio da refundação democrática do Estado, como propõe Boaventura Souza Santos.

Esse novo marco estratégico – a refundação democrática do Estado – busca enfrentar o que parece ser o principal obstáculo ao desenvolvimento nos países da América Latina: a regulação social imposta por nossas elites, de herança oligárquica, clientelista e patrimonial.

NOTAS

SOMAVIA, Juan. “Pour l’instauration de règles du jeu équitables”. *Le Monde Diplomatique*, septembre 2001.